“Evolução dos Indicadores Sociais baseados em Renda no Brasil Rural”

Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo[1]

Marcelo Côrtes Neri

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento

Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2011

[1] Este trabalho corresponde à primeira parte do projeto realizado para o IICA. Ele se baseia em extensão do texto de nossas pesquisas sobre a Nova Classe Média disponíveis em www.fgv.br/cps .

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo: FGV/CPS, 2011.

[245] p.

1. Classes Econômicas 2. Desigualdade 3. Pobreza 4. Mobilidade Social 5. Nova Classe Média I. Neri, M.C; Carvalhais, L. M.; Sacramento, S. M.

© Marcelo Neri 2011

Sumário Executivo

Se a China é a fábrica do mundo, o Brasil é a fazenda. A agricultura brasileira floresce e dá frutos. No âmbito social vai de Josué de Castro com a sua Geografia da Fome nos anos 40 a José Graziano, recém-eleito à presidência da *Food and Agriculture Organization* (FAO), agência ligada a ONU.

A bandeira inicial levantada por Luis Inácio Lula da Silva no seu discurso da vitória em 2002 foi Fome Zero, e não Tolerância Zero aplicado à violência em Nova York, por exemplo. Em 2007, na alta global no preço dos alimentos que a rigor beneficia macroeconomicamente o Brasil, mas prejudica pobres de todas as partes, o Brasil reajustou o Bolsa Família de forma a compensar a perda de poder de compra na base da distribuição.

Dilma Rousseff repete a receita ao eleger como meta principal a erradicação da miséria (tecnicamente o miserável seria aquele que não consegue suprir necessidades calóricas básicas). O lema geral de governo é: “Um país rico é um país sem pobreza” e o Brasil Sem Miséria a sua principal inovação.

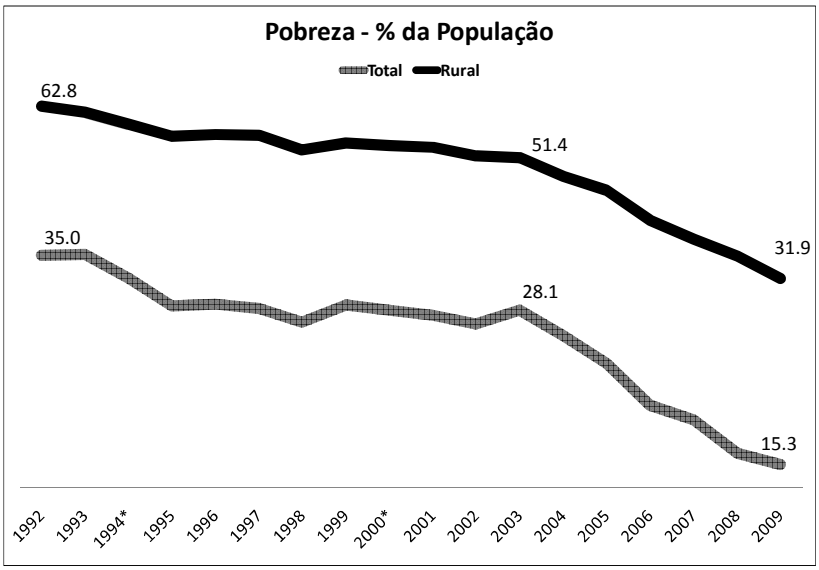
O objetivo principal deste livro consiste em mensurar a evolução das condições socio-econômicas no campo e na agricultura nos últimos anos quando o *boom de commodities* agrícolas e a implementação de políticas de transferências de renda, entre outras mudanças afetaram de maneira particular estes segmentos. Adotamos uma abordagem comparativa entre a área rural e a totalidade do país e/ou do setor rural versus o conjunto de setores. A primeira parte é voltada à análise de indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita como pobreza e classes econômicas. Na segunda parte exploramos aspectos ligados à renda individual das pessoas no campo, incluindo questões trabalhistas, educacionais, de gênero, além de atitudes e expectativas dos indivíduos em relação ao futuro. Apresentamos a seguir as principais conclusões.

Parte 1 – Análise das Famílias

Pobreza - Em 1992, apesar de conter apenas 18% da população total, então em 145 milhões, o meio rural concentrava 28% dos pobres. Para cada 10 pessoas que viviam no campo, 6 encontravam-se abaixo da linha de pobreza. Avançando no tempo, encontramos uma situação distinta. O processo de urbanização já em curso prosseguiu, e o meio rural passou a responder por apenas 12% do contingente total. O país diminuiu

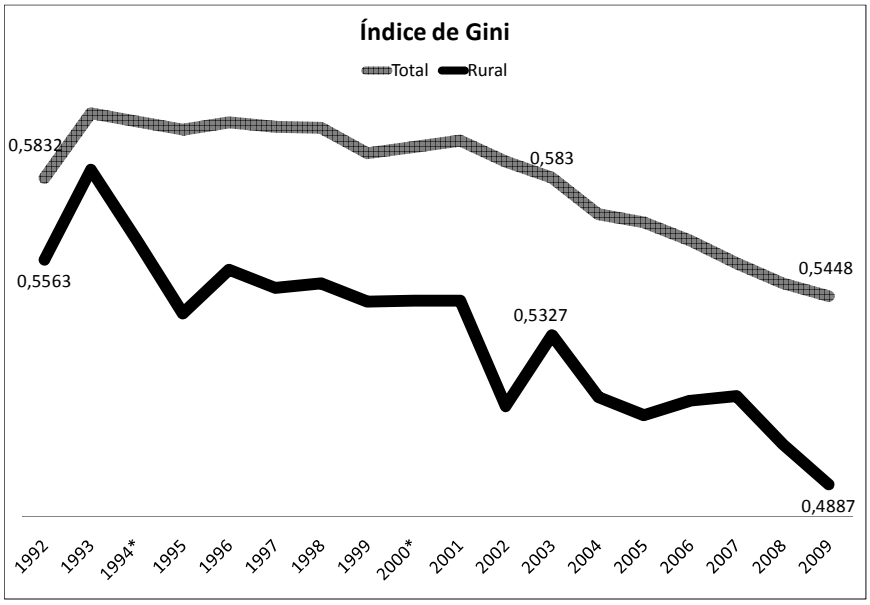
22 milhões de miseráveis, sendo 11 milhões apenas no campo, contribuindo para uma impressionante redução de quase 50% da taxa de pobreza rural.

Útil ao desenho de políticas públicas, calculamos quanta renda adicional cada miserável deveria receber para satisfazer suas necessidades básicas. Para o meio rural em 2009 calculamos um custo total de erradicação da miséria de aproximadamente R$500 milhões mensais, equivalente a R$19,43 por pessoa.



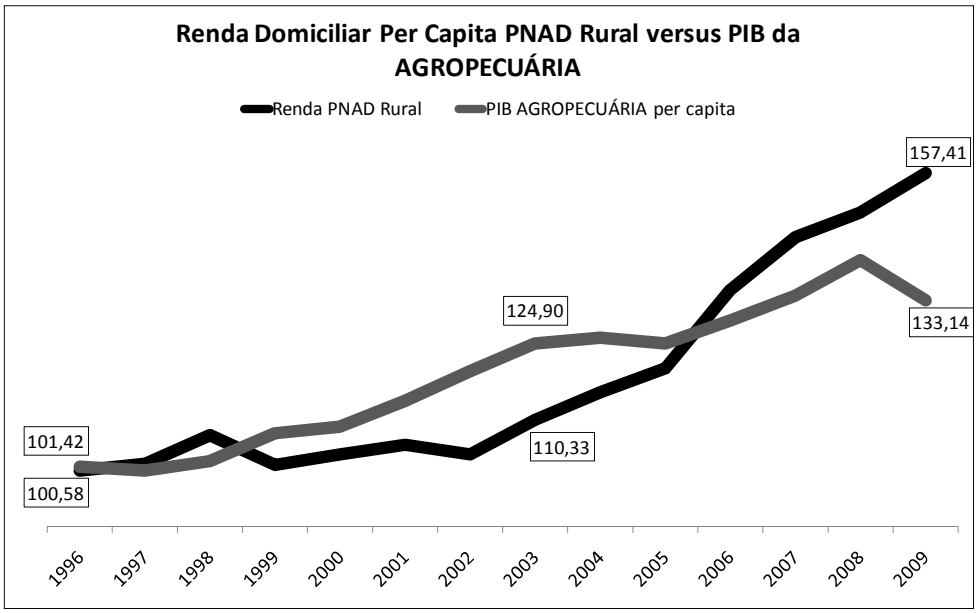
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Desigualdade – Em 2009 o índice de Gini era 0,489 na área rural cerca de 10,3% inferior ao do conjunto do país. A queda do índice de Gini no campo desde 1993 de 16,5% contra 9,9% na totalidade do país. Tomando o período 2003 a 2009 foi de 8,3% contra 6,5% na totalidade do país.



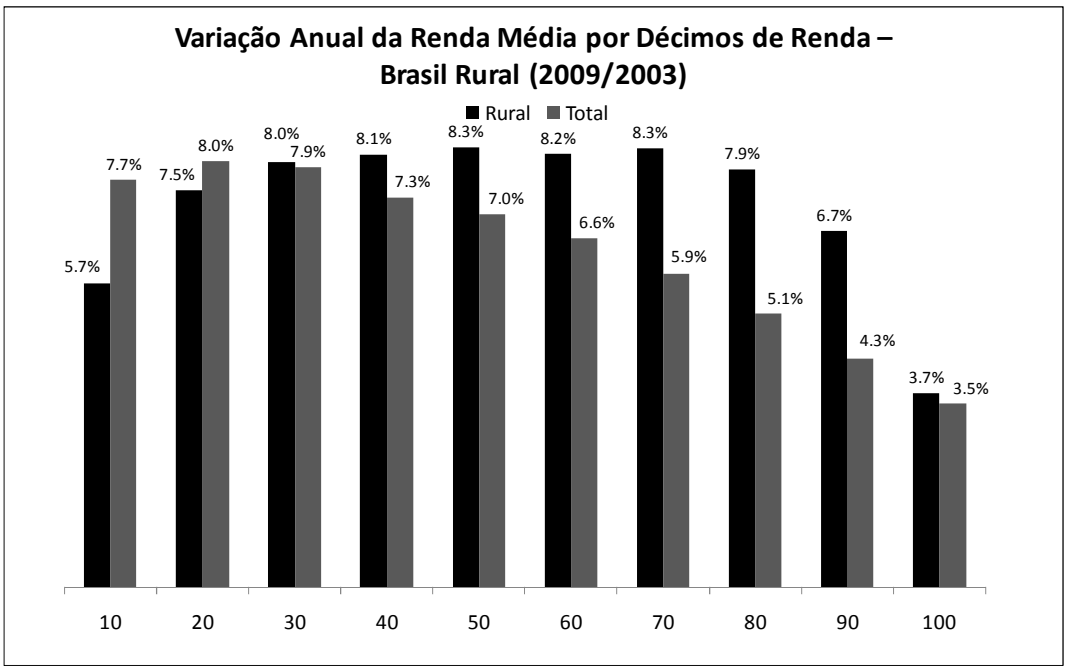
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Crescimento do PIB X PNAD e Rural X Total - De 2003 a 2009 houve um forte descolamento do crescimento da renda da PNAD, que pauta as principais pesquisas sociais brasileiras, e o PIB per capita, que é o principal indicador econômico brasileiro. No âmbito da PNAD Rural vis a vis o PIB a diferença é ainda mais substantiva de 25,4% pontos percentuais, pois a renda rural cresceu 10,5% acima da renda total da PNAD. Quando comparamos com o PIB da Agropecuária, a diferença é ainda mais expressiva: o crescimento acumulado da PNAD desde 2003 é 36 pontos de porcentagem acima do ganho medido por esse PIB específico do setor tal como demonstrado no gráfico. De acordo com a visão objetiva das pessoas na área rural, os seus respectivos padrões médios de vida estão crescendo mais do que o PIB o principal subproduto das contas nacionais sugere. Isto pode estar associado a expansão de transferências públicas no campo.



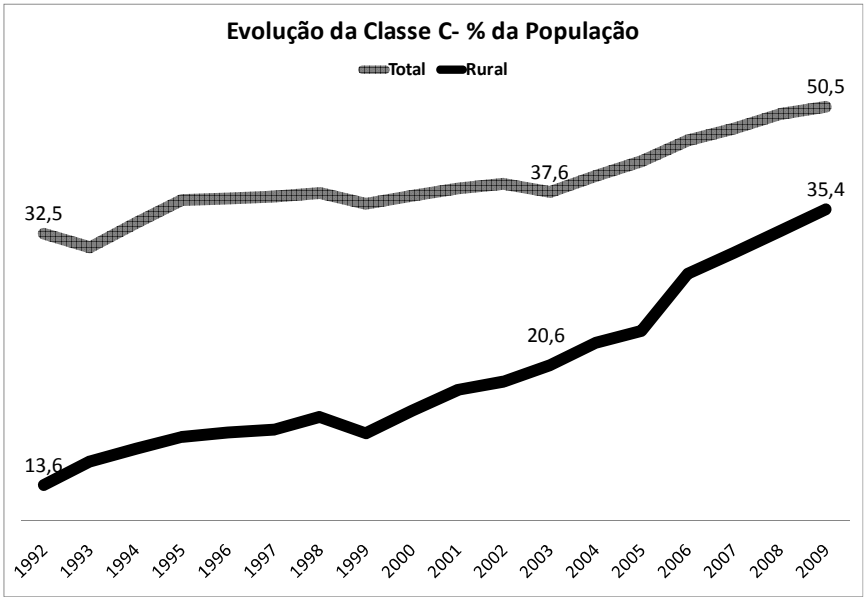
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD, PME e das Contas Nacionais/IBGE

Distribuição: *Boom* do Meio - Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda por décimos da população entre 2003 e 2009, período de maior foco em nossa análise. Na área rural, os maiores crescimentos relativos foram observados nos décimos centrais da distribuição, próximos da mediana, a qual alcança no período crescimento acumulado de 61,07% (equivalente a uma taxa média de 8,27% ao ano). Este padrão contrasta com o verificado no país como um todo, onde os mais pobres obtiveram em geral maiores ganhos de renda que os demais.



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PNAD/IBGE

A Nova Classe Média atingia 20,6% da população rural em 2003 concentra 35,4% em 2009, com 9,1 milhões de pessoas. Este crescimento acumulado de 71,8% desde 2003, equivale a 3,7 milhões de brasileiros residentes em áreas rurais passando a integrar a Classe C nos últimos seis anos. A proporção de pessoas neste grupo na área rural equivalia a 55% daquela verificada para a totalidade no país em 2003, chegando a 70% em 2009. Esta aproximação da parcela da nova classe média no campo e no Brasil pode ser percebida no gráfico, onde nota-se um movimento de convergência entre as curvas.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As tabelas da evolução na área rural, medidas em milhares de pessoas em cada estrato, encontram-se abaixo.

População por Classes Econômicas - Área Rural

População por Classe Econômica na Área Rural - Milhares de Pessoas							
Classe Econômica	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Total	25,990	25,924	26,625	26,149	26,331	25,839	25,725
Classe AB/C	5,718	6,144	6,619	7,871	8,650	9,044	9,747
Classe A	148	148	168	183	258	220	232
Classe B	218	215	277	293	382	351	417
Classe C	5,351	5,781	6,174	7,395	8,010	8,473	9,099
Classe D	6,913	7,425	7,982	7,779	7,873	7,809	7,769
Classe E	13,359	12,356	12,027	10,501	9,806	8,987	8,206
Classe D/E	20,272	19,780	20,009	18,280	17,679	16,795	15,975

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Diferença Controlada Rural-Urbana – O método utilizado consiste em comparar variações de conceitos diversos como renda, pobreza e composição de classes econômicas nas áreas rurais vis a vis as metrópoles e as demais áreas urbanas. Neste exercício usamos controles para que possamos comparar populações com características similares tais como (sexo, escolaridade etc) de forma a isolar o papel de variáveis espaciais como resultado da implementação de programas de bases territoriais e/ou de impactos espacialmente diferenciados a choques externos.

É importante deixar claro que a melhora nos diversos conceitos foi maior nos seis anos entre 2003 e 2009 do que nos 11 anos compreendidos entre 1992 e 2003. Agora quando comparamos a evolução relativa campo/cidades, o primeiro período é de transformações relativas mais pró-campo, o segundo período as melhoras absolutas do campo são maiores e as relativas via a vis as demais áreas são positivas mas menores. Focamos aqui mais nesta análise relativa.

Renda Média - O crescimento das áreas metropolitanas em relação às rurais no período 1992 a 2009 foi negativo atingindo queda de 35,2%. A maior parte da queda (27,8%) se deu no período 1992 a 2003. No período 2003 a 2009 a perda relativa metropolitana foi 1/5 da perda total. O mesmo padrão se verifica, mas em menor magnitude, na comparação das demais áreas urbanas com as rurais embora neste caso a magnitude da perda relativa seja de 1/3 da observada no período total.

Pobreza - Crescimento da chance de pobreza de 98% nas áreas metropolitanas relativamente às rurais no período 1992 a 2009. O aumento relativo de 88% se deu no

período 1992 a 2003, refletindo a retomada de crescimento das cidades embora não na mesma velocidade que no campo a partir de então. Resultados semelhantes mas menos intensos são obtidos no Período 2003 a 2009.

Classes - As pessoas de áreas rurais tiveram movimentos mais intensos de ascensão a segmentos de maior renda, quando comparadas a pessoas iguais nos demais tipos de áreas geográficas. A chance de uma pessoa na área metropolitana passar a pertencer a uma classe mais alta vis a vis a alguém na área rural pertencer a Classe E cai entre 1992 e 2009: na classe D: 47,4%; na classe C: 62,4%; e na classe AB 36%. A maior parte do avanço relativo rural se deu no período entre 1992 e 2003 que sugestivamente corresponde ao chamado período de crise metropolitana. No âmbito urbano não metropolitano, observamos movimentos similares.

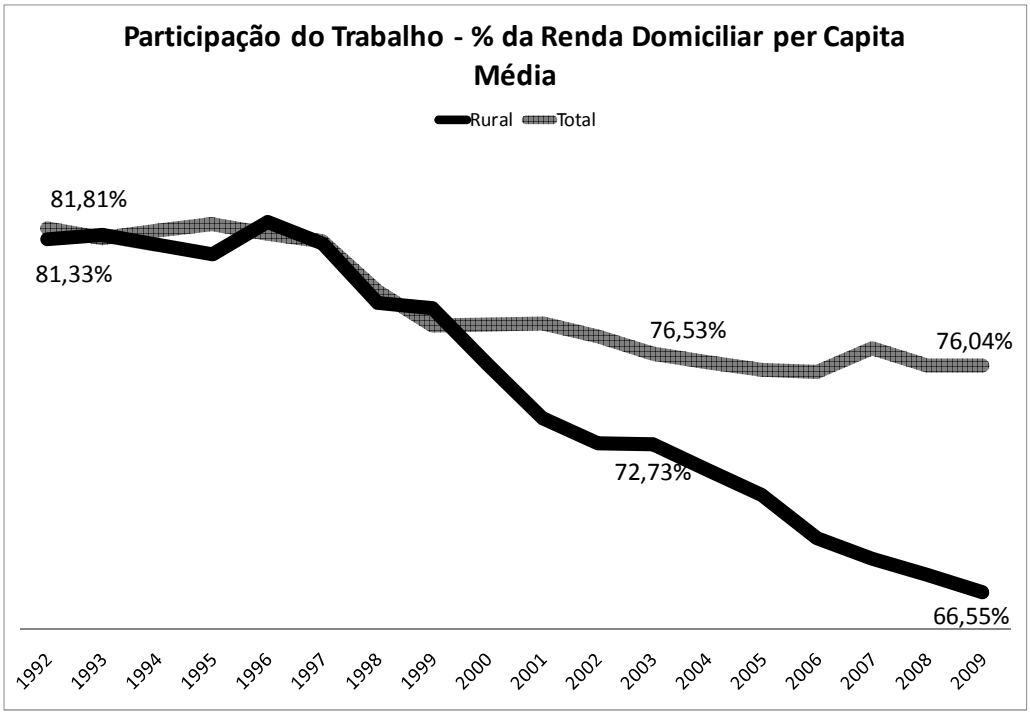
Fontes de Renda - O foco agora passa para as forças motrizes das alterações ocorridas e na sustentabilidade dos níveis de renda e de sua trajetória ascendente. Inicialmente, investigamos o comportamento dos diferentes componentes da renda das famílias no campo. As análises conduzidas incluem não só a população rural como um todo, mas também são abertas por classes econômicas.

As Razões da Mudança - Entre 2003 e 2009, a renda per capita média do brasileiro que vive na área rural cresceu 6,1% ao ano em termos reais, isto é, já descontada a inflação e o crescimento populacional. Dessa forma, passou de R$212,58 para R$ 303,30 (o crescimento médio nacional foi de 4,72%). A fonte de renda que mais cresceu na área rural foi a de programas sociais (21,4% contra 12,9% da média nacional), influenciada pela criação do Programa Bolsa Família em 2003 e expansões.

O processo de envelhecimento populacional e os efeitos dos reajustes do salário mínimo, que cresceu mais de 45% neste período, pressionaram o valor da base de benefícios. Ao contrário do observado na média nacional, ressaltamos que na área rural a renda de previdência acima do piso cresce 8,61%, sendo esta variação superior àquelas atreladas ao piso (5,58%), refletindo a incorporação de aposentados a este segmento.

A renda do trabalho teve um incremento médio anual de 4,5%, abaixo das outras fontes de renda e do que observamos no Brasil como um todo (4,6% ao ano), conferindo uma menor base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A renda do trabalho é relativamente menos importante na área rural do

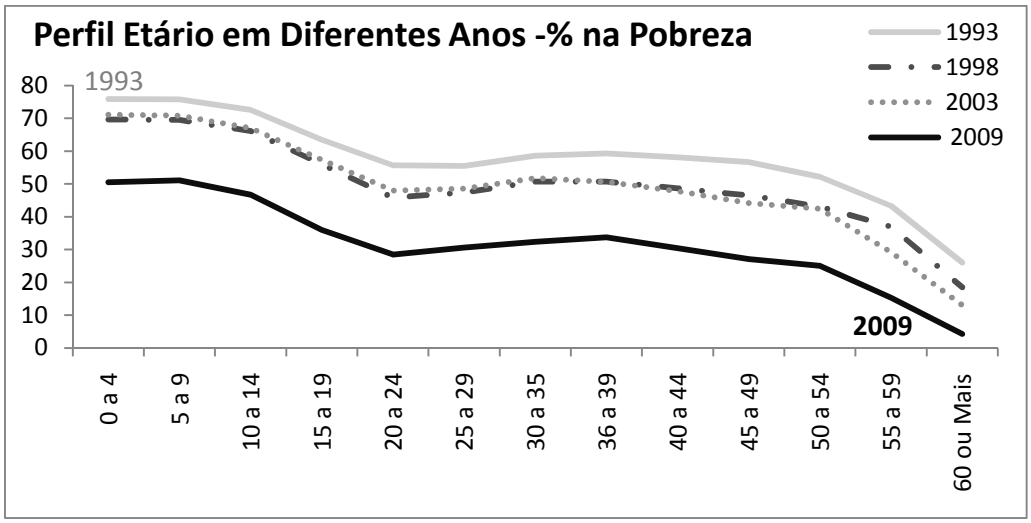
que no resto do país, correspondendo a 66,5% da renda média percebida pelo brasileiro que vive no campo (contra 76% da média nacional). Apesar de sua elevada participação na renda total, o trabalho respondeu por apenas 52,1% do crescimento registrado no período. Para a totalidade do país, a contribuição do trabalho supera à verificada no campo em aproximadamente 24 pontos percentuais, alcançando 76,0%.



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

A renda do trabalho constituía 81,3% da renda domiciliar per capita média no campo em 1992, próximo ao valor registrado para a totalidade do país. Em 1996 verifica-se o ápice de sua participação, a partir de quando tem início um longo período de declínio que perdura até hoje. Em contrapartida, as transferências públicas adquirem maior importância relativa, conseqüência da criação dos já mencionados programas de transferência de renda e aumentos de benefícios previdenciários.

Idade, Pobreza e Transferências - Qual é a evolução da pobreza em diferentes idades no campo? Observamos que entre 1993 e 2009 a taxa de pobreza entre as crianças de 0 a 4 anos cai 35,2% esta queda tende a subir com a idade até chegar a 85,2% na população com 60 ou mais anos de idade. A maior parte desta queda da pobreza das crianças do campo, 29,4% de queda, ocorreu entre 2003 e 2009.

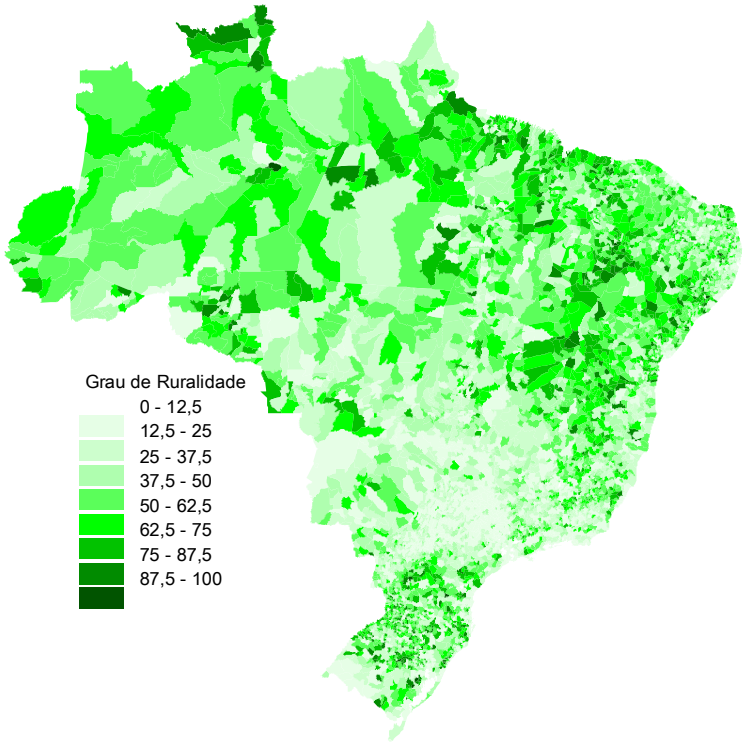


Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

A pergunta seguinte é qual foi o papel das transferências públicas nesta queda de pobreza? Comparamos o perfil etário de pobreza em diferentes anos com e sem considerar o impacto das transferências em 2009, a diferença é relativamente homogênea entre 12 e 20 pontos de porcentagem até a faixa de 50 a 54 anos de idade quando a mesma sofre um incremento atingindo uma distancia de 60 pontos de porcentagem na população de terceira idade. Em 1992 a mesma comparação de pobreza gerava menores quedas de pobreza indicando o papel da expansão de transferências de renda, neste ínterim.

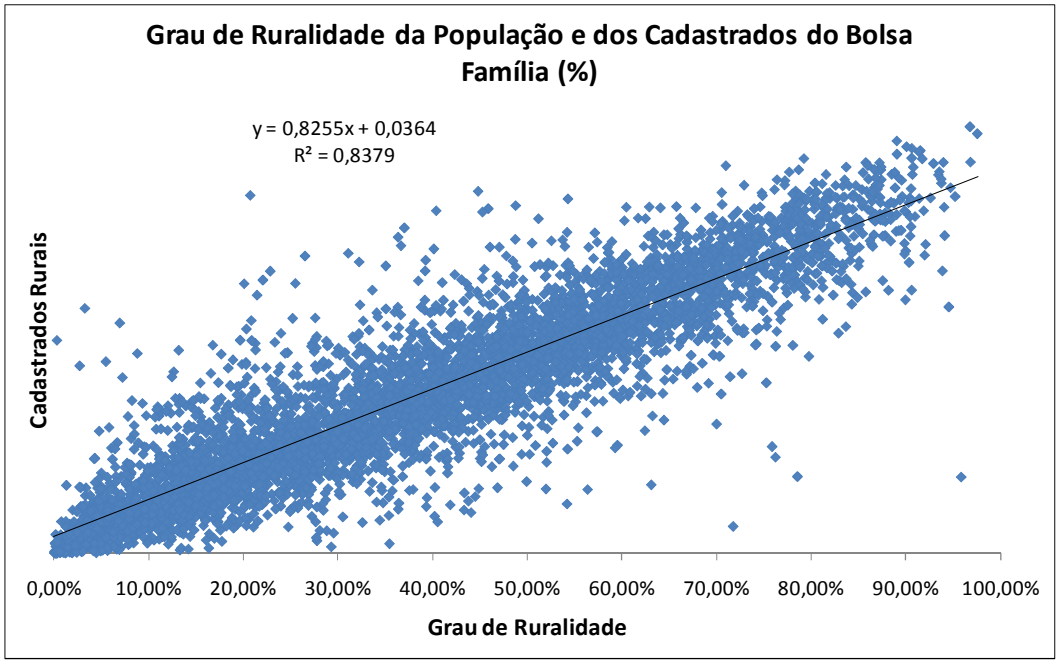
Grau Rural - Definimos o grau de ruralidade como a proporção de pessoas que habitam a parte rural de cada localidade. O Censo demográfico permite captar o grau de ruralidade a nível de cada município conforme o mapa abaixo:

Grau de Ruralidade dos Municípios Brasileiros



Fonte: CPS/FGV com base nos mesodados do Censo 2010/IBGE

Há relação direta entre grau de ruralidade e a proporção de cadastrados do Bolsa Familia :



Fonte: CPS/FGV com base nos microdados do Cadastro Único/MDS e do Censo 2010

Sustentabilidade Familiar - Exploramos agora a relação menos direta, porém mais duradoura, entre estoques de ativos e os fluxos de renda per capita. Isto possibilita o entendimento de como as pessoas transformam as suas rendas em padrões de vida presentes e passados e o respectivo potencial de consumo, e ainda a captação dos determinantes mais profundos da geração de renda hoje e possivelmente no futuro.

A pesquisa inova ao utilizar a miríade de informações da PNAD sobre a evolução do estoques de ativos das famílias, embasando uma visão ampla da natureza dos padrões de vida conquistados. Traduzimos a riqueza de dados em termos de classificação de classes econômicas, agrupados sob duas perspectivas: a do consumidor e a do produtor.

A primeira identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através do acesso a bens de consumo (TV, Freezer etc.), acesso a serviços públicos (Lixo, esgoto), condições de moradia (financiamento, número de cômodos banheiros) e tipo de família.

Já na ótica do produtor, identificamos o potencial de geração de renda familiar através da inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio, bem como investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos; estrutura familiar) e capital humano (freqüência dos filhos em escolas públicas e privadas), de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas. A comparação destas duas dimensões de consumidores e produtores permitirá, nos termos da fábula de La Fontaine, separar os brasileiros em cigarras e formigas.

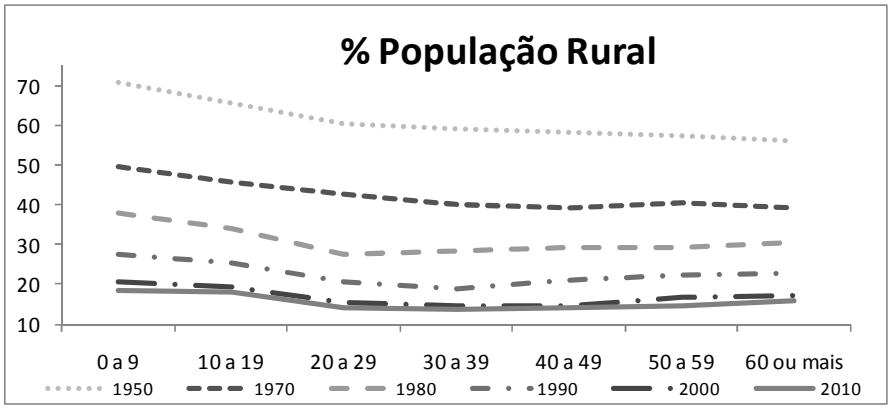
Calculamos usando o mesmo método e a mesma métrica, índices de potencial de consumo (duráveis, moradia, etc.). Os primeiros cresceram no período 2003 a 2009, 1,8% a mais que os segundos, indicando sustentabilidade dos padrões de vida assumidos. No conjunto do país a diferença é maior de 38% favorável ao índice do produtor no período 2003 a 2009. Na década de 90, aconteceu o oposto: o indicador de consumo subiu mais do que o de capacidade de produção. Apesar da importância do crescimento do crédito ao consumidor e das transferências públicas sociais, como benefícios da previdência e o Bolsa Familia, o crescimento da educação e do emprego formal (embora ainda em níveis precários) são comparativamente mais relevantes para explicar as transformações em curso, sugerindo sustentabilidade do processo de crescimento rural.

Contribuição dos Estoques – Posteriormente, ordenamos os diversos ativos e recursos na área rural segundo o seu grau de significância na explicação da renda. Destacamos em primeiro lugar, a variável do tipo de família em termos de presença de crianças em diversas faixas etárias. A seguir temos a posse de freezer que denota o acesso a ativo produtivo, relevante na estocagem da produção agropecuária, além da cobertura de energia elétrica. A seguir o trabalho do cônjuge e do chefe, seguido do investimento em educação de crianças (e da própria presença delas) em diversas faixas etárias.

Parte 2 - Análise dos Indivíduos

Migramos agora dos resultados domiciliares para a individuais aí incluindo questões de migração, gênero e percepções relativas às condições de vida presentes e futuras.

Migração Rural-Urbana - O Brasil se transformou ao longo do último século num país essencialmente urbano, com 15% no campo de acordo com o Censo 2010. Segundo o Censo de 1940, 68,8% da nossa população morava no campo. Logo a chance de um brasileiro que tem 70 anos ou mais hoje ter nascido na área rural é predominante. Seguramente, nenhuma transformação foi mais importante na vida do Brasil e dos brasileiros como a migração campo-cidade. A taxa de ruralidade entre 1950 e 2010 cai cerca de 52 pontos de porcentagem para os grupos mais jovens e 44 pontos de porcentagem entre os cinquentões. A taxa média da sociedade brasileira cai mais de 47,1 pontos de percentagem no período, influenciada não só pelo crescimento nos diversos grupos etários como pelo crescimento da participação dos grupos mais velhos na população. Um ponto fundamental é a proximidade das curvas dos dois últimos censos indicando que o processo de migração rural-urbana foi interrompido.

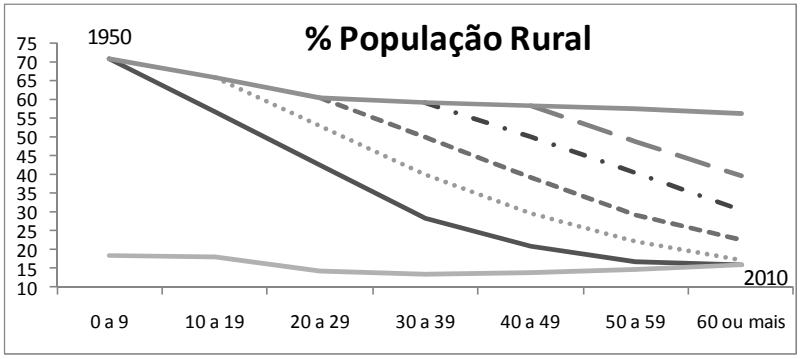


Fonte: CPS/FGV a partir dos dados e microdados dos Censos/IBGE

Exploramos a seguir uma visão diagonal alternativa sobre os mesmos dados. Refazendo a trajetória de uma mesma geração ao longo dos diferentes anos. No caso da

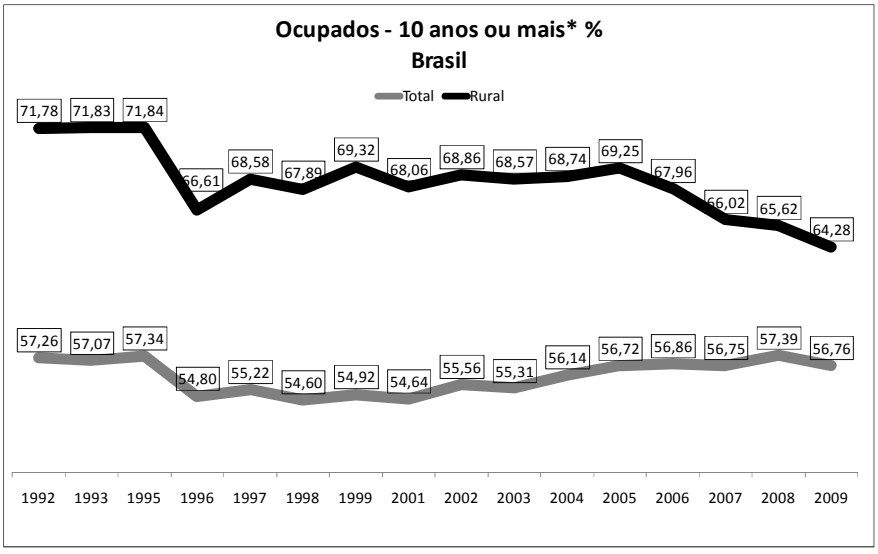
geração que nasceu nos anos 40, em 1970 tinha 20 a 29 anos de idade e que, portanto chegou em 2010 como sessentões. Conforme o gráfico 2 ilustra, a trajetória desta geração, captada pela linha azul, representa bem àquela da taxa de ruralidade brasileira de 71% em 1950 para 17% em 2000 e 16% em 2010. O mesmo gráfico apresenta a trajetória tracejadas das gerações nascidas nas décadas seguintes.

Evolução da Ruralidade por Gerações – 1950 a 2010



Fonte: CPS/FGV a partir dos dados e microdados dos Censos/IBGE

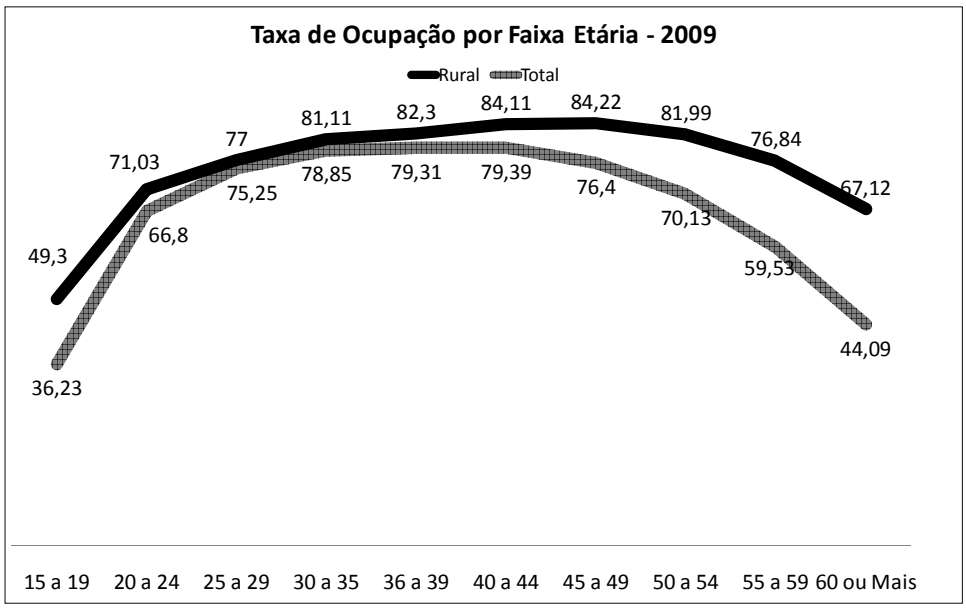
Ocupação - A contrapartida individual da queda da queda da parcela relativa da renda do trabalho observada no conceito familiar é a queda da taxa de ocupação no campo, ela não é acompanhada pela totalidade do país. Ela é mais pronunciada em épocas logo depois da expansão como no período logo aos a implementação do plano Real e no período de retomada econômica pós-2005. Uma possibilidade é houve queda de ocupações precárias da agricultura. Senão vejamos.



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Perfil do Trabalhador - Segundo a última PNAD, no campo encontram-se 19 milhões de pessoas ocupadas, correspondendo 74,18% da população rural. Em 2003, a área ocupava 20,1 milhões de trabalhadores, o equivalente a uma taxa de ocupação de 77,38%. Traçamos aqui uma radiografia do novo trabalhador da área rural.

A taxa de ocupação rural é superior entre os homens, mesmo com as mudanças recentes a favor das mulheres. Em 2009, a taxa de ocupação deles é 87,57% contra 59,43% das mulheres. Em 2003, eram maiores para os dois grupos: 90,87% e 62,27%, respectivamente. A taxa de ocupação é maior no campo para todas as faixas etárias, sendo à distância em relação ao total ainda maior nas idades mais avançadas. Naqueles com mais de 60 anos, a taxa de ocupação é 67,12% na área rural e 44,09% no país.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O Perfil das Condições Trabalhistas do campo vis a vis o total da população brasileira é apresentado na tabela a seguir.

Perfil de Características Trabalhistas				
Categoria	Rural		Total	
	2003	2009	2003	2009
Renda Individual Média	213.3	303.6	481.07	632.77
Educação média, idade maior de 25 anos	2.96	3.83	6.31	7.27
Freqüenta escola	16.23	15.3	18.87	16.24
Juventude (15 a 29 anos)	42.46	37.83	41.32	37.8
Analfabeto funcional (até 3 anos de estudo)	46.64	37	21.55	16.25
Taxa de ocupação	77.38	74.18	64.67	67.2
Empregado com carteira, sem carteira e func público	9.16	13.02	32.79	37.51
Conta-própria e empregador	23.34	19.93	17.05	16.26
Tamanho de empresa de mais de 11 empregados (ocupados)	4.35	6.86	24.85	28.75
Tempo de empresa de até um ano (ocupados)	13.22	15.7	21.83	23.6
Funcionário público	3.25	4.31	7.46	8.13
Empregador	1.56	1.47	2.7	2.9
Conta-própria	21.78	18.46	14.35	13.36
Empregado sem carteira	2.54	3.28	7.79	7.41
Empregado com carteira	3.37	5.44	17.54	21.97
Empregado agrícola	15.05	14.7	3.8	3.47
Salário-hora	1.6	2.2	4.79	5.9

.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A proporção de empregados públicos e privados, formais ou informais, sobe de 9,16% para 13,02% entre 2003 e 2009, enquanto no conjunto da população brasileira a mesma sobe de 32,79% para 37,51% no mesmo período, com queda no último ano (entre 2008 e 2009).

Por sua representatividade no total, a área rural continua sendo o setor do nano empresário, incluindo principalmente conta-própria, onde devem ser priorizadas políticas públicas de apoio e fomento. Apesar de ainda maiores que a média nacional, há queda na participação de conta-próprias (passa de 21,78% em 2003 para 18,46% em 2009). Assim com na população total, a participação de empregadores se mantém mais ou menos constante na área rural (1,56% em 2003 e 1,47% em 2009). Há um crescimento de tamanho das nano empresas, a participação de empreendimentos com mais de 11 empregados passa de 4,35% em 2003 para 6,86% em 2009 (no total a taxa sobe de 24,85% para 28,75% no mesmo período).

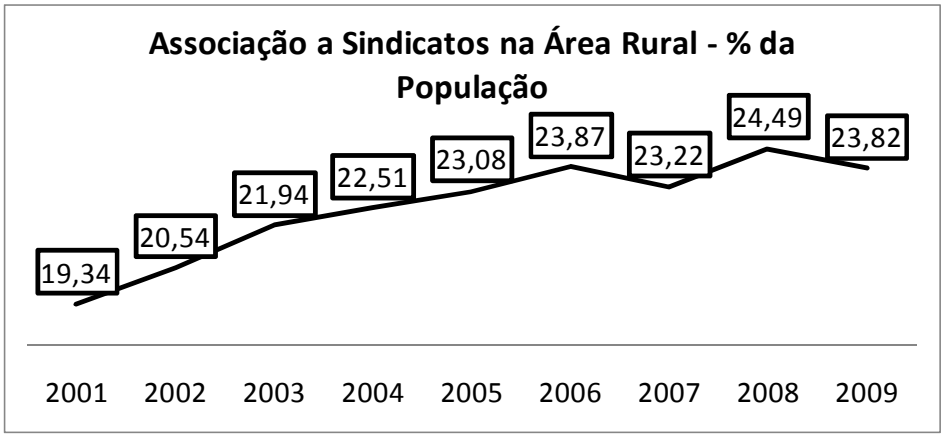
A ocupação agrícola abriga 14,7% da população entre 15 e 65 anos no campo, com queda de 2,3% na taxa desde 2003 (quando a mesma era 15,05%). Como já esperávamos, este tipo de ocupação é menos representativo no país como um todo (atinge 3,47% da população em 2009).

O campo é uma área com menos rotatividade de mão de obra. Em 2009, 15,7% das pessoas ocupadas estavam empregadas há menos de um ano contra 23,6% dos brasileiros ocupados. Em 2003, as estatísticas eram 13,22% contra 21,83%, respectivamente.

Trabalhadores Rurais: Apresentamos uma série de variáveis importantes para qualificar os trabalhadores rurais. As primeiras perguntas que serão analisadas nesta etapa são aplicadas a toda a população ocupada, não estando restrita, portanto, aos grupamentos agrícolas.

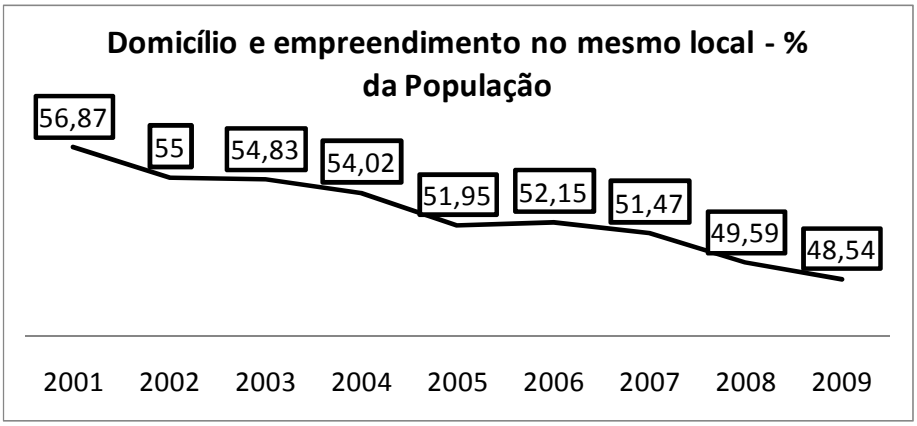
Sindicalização: Observamos que a taxa de associação a sindicatos cresce no período, apresentando um ganho de capital social (passa de 21,94% para 23,92% entre 2003 e 2009, com redução no último ano). O avanço é ainda maior entre as mulheres chegando a 27,24% de associadas em 2009 (contra 21,61% dos homens).

Evolução 2001 a 2009 - População Total %



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Local de Atividades: A proporção de ocupados que moram no mesmo terreno do estabelecimento em que trabalham é 48,54% no último ano (percentual inferior ao 54,83% em 2003). Isto reflete maior profissionalização das atividades agrícolas.

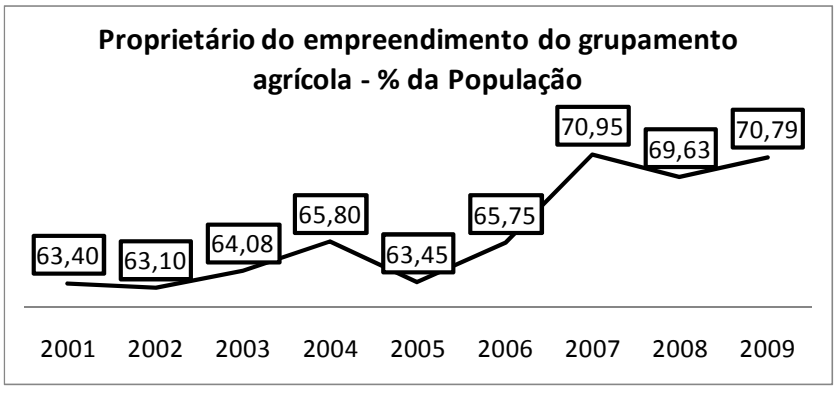


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Tarefas Destinadas à Própria Alimentação: Seguimos com a proporção de moradores da área rural que exerceram algum tipo de atividade (cultivo, pesca ou criação de animais) destinada à alimentação do próprio domicílio. Com pequena queda acumulada desde 2003 (passa de 6,13% para 5,06%), esse tipo de atividade é bem mais presente no universo masculino (8,15% contra 2,26% das mulheres em 2009).

Características do Empreendedor (Conta-Própria ou Empregador)

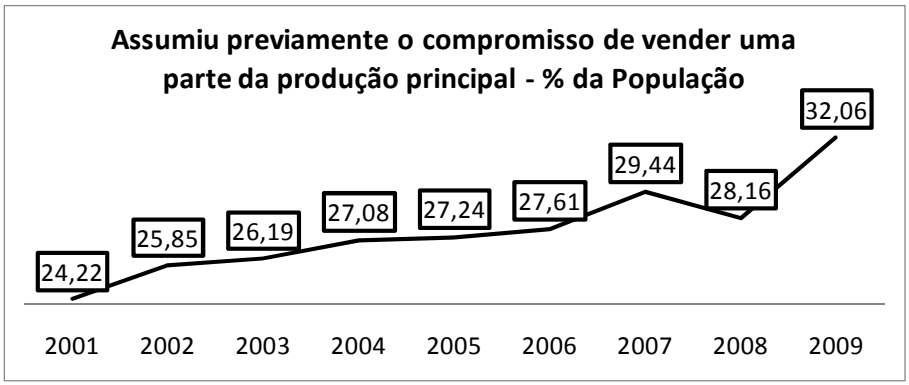
A proporção de indivíduos proprietários passa de 64,08% para 70,79% entre 2003 e 2009, sendo este tipo de relação um pouco mais presente no universo feminino (71,2% das mulheres são proprietárias contra 70,7% deles). Outras formas de relação existentes são parceiro, arrendatário, posseiro, e cessionário.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Quantificamos a seguir a proporção de conta-própria e empregadores que haviam assumido compromisso prévio de vender parte da produção no ano anterior. Os dados apontam para o crescimento dessa variável, consistente com os avanços recentes

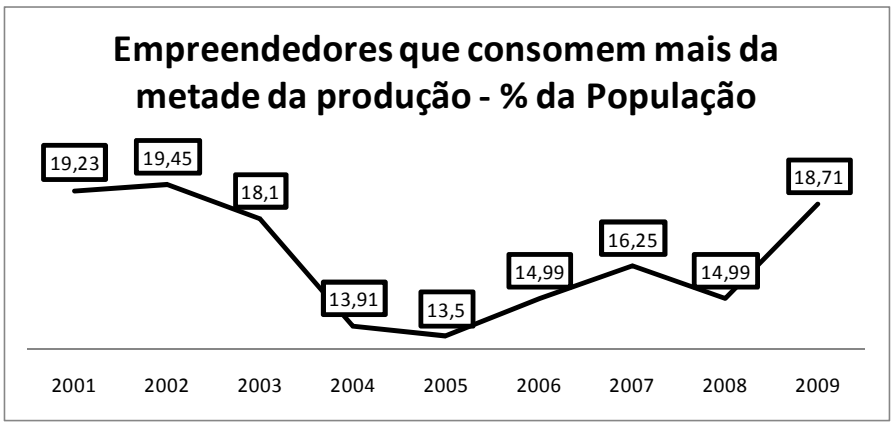
no mercado consumidor brasileiro. Em 2003, 26,19% dos empreendedores haviam assumido tal compromisso, passando para 32,06% em 2009.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Os compradores dos produtos estão assim representados: 25,41% empresas, 10,16% cooperativas, 0,35% governos (todos eles apresentando crescimento no período). Os demais caem no período.

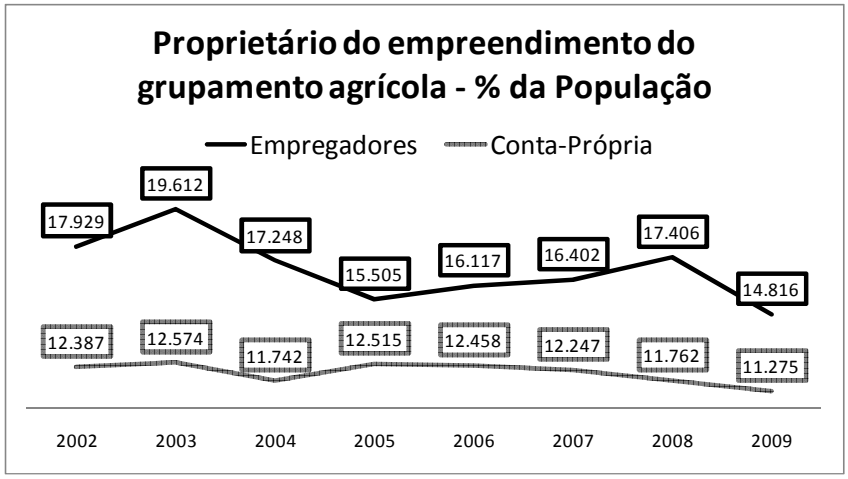
Em seguida, mostramos parte considerável da alimentação dos membros da unidade domiciliar desses empreendedores é retirada da produção. Vamos aos números: em 2003, 18,1% dos empreendedores consumiam mais da metade da produção, sendo 18,71% o nível apresentado no último. Nas diferenças por gênero, observamos uma inversão nos últimos 5 anos, passando as mulheres a apresentar o menor índice (16,3% contra 19,04% dos homens).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Área informada do empreendimento em m²

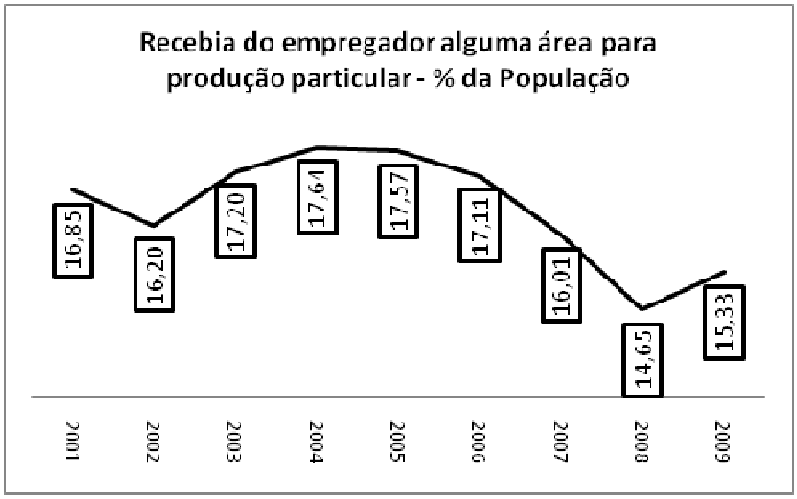
Em 2009, a área média informada na compra do empreendimento (1ª parcela ou parcela única) era de 14,8 mil m^2 no caso dos empregadores e 11,3 mil m^2 pelos trabalhadores por conta-própria. Em ambos os caso, esta é a menor área média reportada desde 2002. Da mesma forma, o ano 2003 foi melhor ano com médias de 19,6 mil m^2 e 12,6 mil m^2, para empregadores e conta-própria respectivamente.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

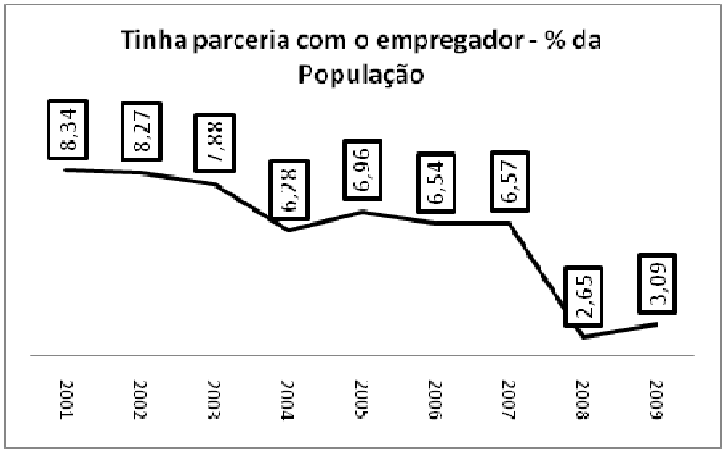
Características do Empregado - Analisada a situação do empreendedor, voltamos agora nossa atenção aos empregados. Começamos analisando quantos recebiam de seu empreg

ador alguma área para produção particular. Em 2003, cerca de 17,2% dos empregados estavam nessa situação, passando para 15,33% no último ano (com índice maior entre os homens - 15,57% contra 11,8% das mulheres).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Avaliamos em seguida o percentual de empregados que tinham alguma parceria com o empregador. Os dados mais recentes mostram que apenas 3,09% estavam nesta situação, menos da metade do que era visto em 2003. Nesse quesito chamamos atenção para maior participação feminina, onde 4,15% das empregadas de grupamentos agrícolas apontam possuir parceria com o seu empregador.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Trabalho e Gênero no Campo - Seguindo na linha de retornos, destacamos agora aspectos ligados ao avanço de renda individual das pessoas do campo, com especial ênfase à inserção da mulher na sociedade. Aplicamos a técnica de diferença em diferença na busca da análise da evolução de igualdade de gênero na área rural. Além de avaliar renda per capita, que esconde as diferenças de gênero, procurou-se avaliar também alguns *outputs* encontrados no mercado do trabalho, como, por exemplo, aumento do emprego e de salários.

Gênero e Renda Domiciliar Per Capita na área Rural – Apresentamos regressão de renda domiciliar per capita, investigamos os diferenciais de gênero na área rural, lançando mão da PNAD 2004 que é a primeira a cobrir a área rural da região Norte do país, e a PNAD 2009 que é a última disponível.

A regressão revela diferenciais positivos de gênero, favoráveis aos homens, de 3,72% em relação às mulheres para os dois anos combinados. Os diferenciais de renda per capita ficaram mais ou menos constantes no período sob análise. Entretanto, há diversos mecanismos pelos quais diferenciais de gênero podem se compensar. Por exemplo, uma discriminação trabalhista adversa às mulheres pode ser compensada por maior educação e/ou maior acesso delas a programas como o Bolsa Família.

Gênero e o Mercado de Trabalho na área Rural - Aplicamos aqui a metodologia a atributos individuais trabalhistas. A primeira parte da regressão, relativa às variáveis posteriormente usadas na interação, mas tomadas isoladamente, mostra que nas áreas rurais as mulheres apresentam níveis de renda do trabalho menores que os homens (58% a mais para eles) e de ocupação (chances 550% maiores para eles) nos dois períodos.

O salário dos homens cai 10,11% em relação ao das mulheres nas áreas rurais A chance de ocupação dos homens cai 18% em relação à das mulheres. Este resultado é consistente com os objetivos de equalização de gênero na área rural.

Integrando os Efeitos Trabalhistas - Desenvolvemos metodologia medindo como o binômio rural/urbano interage com ingredientes trabalhistas clássicos tais como escolaridade formal, o retorno da educação, e a extensão da jornada semanal de trabalho que ao fim e ao fim determinam o montante de renda auferido pelas pessoas. Mostramos o importante papel desempenhado pelas variáveis educacionais no período 2003 e 2009.

Os rendimentos individuais têm crescido mais na área rural do que no total do país (4,26% contra 3,86% ao ano, respectivamente). Em termos de anos de estudos, houve um avanço no campo de 4,08% ao ano (contra 2,12% do total), enquanto que a jornada caiu mais na área em questão (-0.72% ao ano contra 0.53% no total), assim como a produtividade medida pelo salário-hora por anos de estudo completos (queda de 0,67% ao ano na área rural contra crescimento de 1,48% ao ano no total). O papel de outras fontes de renda não trabalhistas teve um avanço positivo no campo (0.9% ao ano com queda de 0,24% no total).

Prêmios educacionais - Listamos as ocupações ligadas à área rural e o seu respectivo lugar no ranking de 289 ocupações: Agrônomos e afins (13º - R$3277), Veterinários (23º - R$2577), Técnicos Agropecuários (39º - R$1805), Produtores Agropecuários 85(º - R$1278), Supervisores na Exploração Agropecuária (156º - R$852), Extrativistas Florestais (279º - R$323), Pescadores e Caçadores (284º - R$253), Trabalhadores na Agropecuária (288º - R$142) e Trabalhadores Agrícolas (289º - R$ 141).

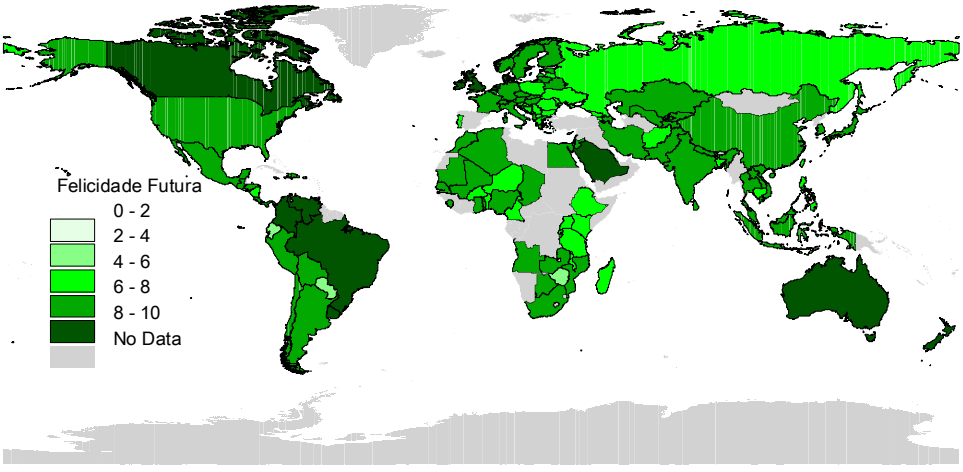
Educação Profissional - O setor com maior proporção de pessoas formadas nesses cursos é o Automobilístico (45,71%)e os menor é o Agrícola (7%). No nível mais básico de cursos, o de qualificação profissional, os extremos do ranking de 16 setores são os mesmos: Automobilística (35,35%) e Agrícola (6,31%).

Parte 3 – Sumário e Direções de Políticas

Felicidade no Campo - O Gallup World Poll, cobre mais de 132 países, ampliou o horizonte geográfico da discussão sobre Felicidade. O mergulho inicial do impacto da renda ao nível mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterninha com 3,13 na área rural numa escala de 0 a 10 e a Dinamarca a dianteira com 7,11 na área rural. O Brasil está numa posição mais próxima da nação européia do que da africana, atingindo 6,64 (6,69 na área rural), situando-se acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB per capita. No Brasil, a felicidade presente rural supera a urbana. O Brasil, no ranking mundial de felicidade, supera os demais BRICS: África do Sul (5,08, 3.81 na área rural), Rússia (4,96, 4,7 na área rural), China (4,56, 4,41 na área rural) e Índia (5,35, 5,12 na área rural).

Felicidade Futura - O Brasil é o recordista mundial de felicidade futura. O brasileiro é aquele que apresenta a maior expectativa de felicidade futura cinco anos à frente (em relação a 2011), superando inclusive a Dinamarca, líder mundial de felicidade presente e 6ª no ranking de felicidade futura. Na área rural, a felicidade futura do Brasil para 2011 era 8,6 contra 8,53 dos dinamarqueses do campo. O Brasil rural é o terceiro colocado, atrás de Colômbia (com um índice igual a 9) e Jamaica. O pódio lanterninha é formado pelo africano Zimbabwe e, curiosamente, Paraguai (3,76) e Equador (3,71). Ou seja, países da América do Sul ocupam os extremos do ranking de felicidade futura rural.Em ordem crescente, outros BRICS no ranking de felicidade futura rural em 2011 são África do Sul com 6,01; China com 6,38; Rússia com 5,98 e Índia com 6,55.

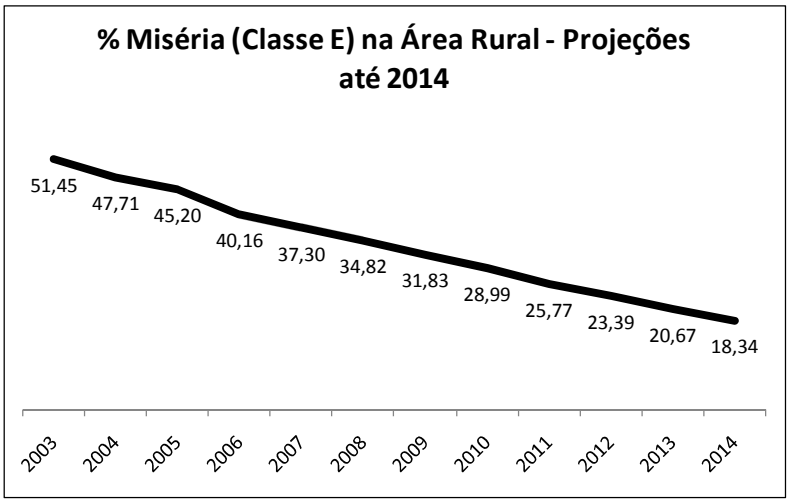
Mapa de Felicidade Futura - – Áreas Rurais



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

Cenários Futuros - Centramos num cenário de prazo encerrado em 2014. Projetamos cenários de redução da miséria e composição das classes econômicas. Inicialmente, num cenário neutro em termos distributivos, se a renda per capita da área rural crescer 6,14% ao ano nos próximos cinco anos, a pobreza cairá para 20,92%, compondo redução de 34%. A magnitude do movimento seria ainda maior se o crescimento de renda viesse de mãos dadas com a redução da desigualdade recente: nesse caso, a miséria chegará aos 18,34%, com queda acumulada de 42,3%.

O mesmo exercício foi realizado para as demais classes econômicas. Notamos nos gráficos abaixo os cenários prospectivos de composição dos diferentes grupos de renda para os brasileiros que vivem no campo. As projeções para a classe D apontam para uma redução de 12% desde 2009. Os demais grupos caminham em direção contrária, com crescimento das classes C, B e A. Ou seja, se a trajetória dos últimos seis anos for repetida, a nova classe média, vulga classe C, corresponderá a aproximadamente metade da população que vive no campo em 2014. Ou seja a fotografia brasileira da nova classe média em 2009 seria observada no âmbito rural cinco anos depois.

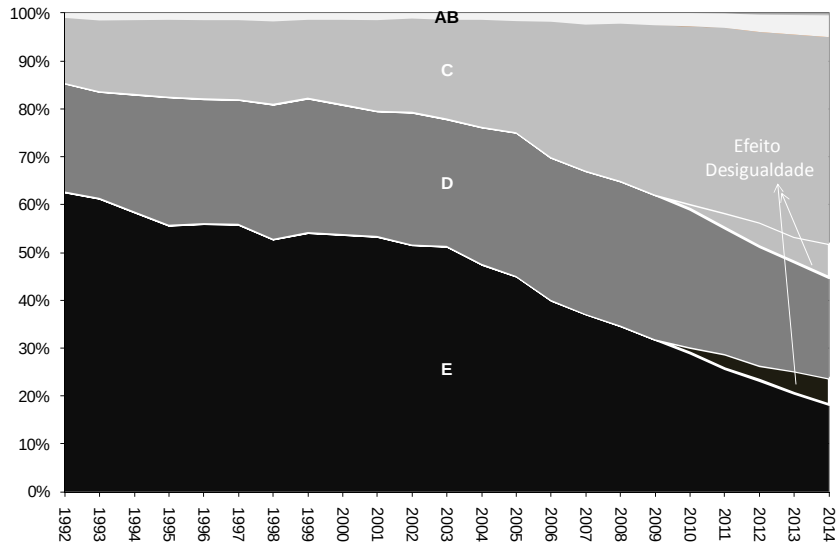


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos no gráfico a seguir uma síntese visual da mudança da composição das classes econômicas no campo de 1992 até 2014, ajustado pela mudança de desigualdade relativa de cada UF. Estes gráficos são acompanhados por uma área mais escura que indica o efeito específico da manutenção da desigualdade, ou seja, é um cenário de crescimento puro com distribuição relativa constante entre pessoas. Por

exemplo, a classe E projetada até 2014 (desde 2010) na área rural é de 18,41%, sendo de 23,9% se não considerarmos os avanços projetados de desigualdade. Essa diferença de 5,5% pode ser vista pela área destacada no gráfico. Note que a fronteira entre as classes AB e a classe C praticamente não é afetada pela trajetória prevista de desigualdade.

Composição de Classes 1992 a 2014 - Impacto da Desigualdade*



* crescimento de classes projetado de 2010 a 2014 – com e sem redução de desigualdade
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Nova Agenda de Políticas Rurais - É preciso ir além e "dar o mercado aos pobres", completando o movimento dos últimos anos quando, pelas vias da queda da desigualdade, "demos os pobres aos mercados (consumidores)". A agenda de mercado aos pobres é vantajosa, pois não encerra custos fiscais, gerando melhoras de Pareto, onde ninguém perde e os pobres rurais ganham upgrades diferenciado, pois estavam mais distantes do mercado. Quando os mercados estão muito incompletos é possível sair do velho dilema entre eficiência e equidade e ganhar através da união harmoniosa destes vetores. O crédito consignado a benefícios de programas sociais particularmente relevantes nas áreas rurais vai nesta linha, alavancando os ganhos de bem estar daqueles contemplados por razões de equidade.

Devemos tratar o pobre como protagonista de sua História e não como um passivo receptor de transferências de dinheiro oficiais e de crédito consignados a benefícios. Há que se turbinar mais o protagonismo das pessoas. O programa territórios da cidadania propõe a fazer isto desde uma perspectiva pública. Há que se explorar as vertentes rurais de interação de ativismo público e privado.

O crédito produtivo popular é fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda, e temos o exemplo do Agroamigo, avaliado de um banco público federal em área pobre, o Banco do Nordeste. Há uma lição específica do rendimento do trabalho aumentando com a produtividade (salário-eficiência), no caso dos agentes de crédito que podem até triplicar o salário, dependendo da performance da carteira. Há riqueza no meio da pobreza, e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nesta busca. Uma agenda que está atrofiada no Brasil é aquela ligada aos trabalhadores por pequenos produtores rurais, e consiste em dar acesso aos pobres, enquanto produtores, aos mercados consumidores.

Uma boa política de caminhos e estradas rurais, onde vive 15% da população brasileira mas boa parte da produção agrícola é gerada, segue também nesta linha aproximando os produtores dos mercados. Outra linha paralela é a ampliação da eletrificação rural como o Luz para Todos.

A educação funciona como passaporte para o trabalho formal. Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso ao mercado. Apesar dos custos é preciso estender as avaliações da Prova Brasil às escolas rurais com menos de 30 alunos, De forma que as metas de educação do IDEB cheguem ao campo.

Em suma, o desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem se esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.

Crescimento Inclusivo Sustentável no Campo? - Dois Prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, publicaram o livro "*Mismeasuring Our Lives*" de 2010 cujas principais conclusões se referem a prescrições de como medir a evolução dos padrões e da qualidade de vida nas nações. Utilizamos estas prescrições como fio condutor da síntese dos nossos achados sobre a evolução recente do caso rural brasileiro.

PIB X PNAD Rural - Há um forte descolamento no período 2003 a 2009 entre o PIB e a renda da PNAD para a totalidade do país favorável a última. No âmbito da PNAD Rural a diferença é ainda mais substantiva de 25,4% pontos percentuais pois a renda rural cresceu 10,5% acima da renda total da PNAD. Na maioria dos outros países, como o livro aponta, tem acontecido o reverso, e as respectivas PNADs indicam crescimento menor que o do

PIB. A área rural brasileira está ainda em maior dissonância que o país com o que acontece na maioria dos países do mundo.

Inclusão - Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. O país diminuiu 22 milhões de miseráveis, sendo 11 milhões apenas no campo não apenas função do crescimento de renda. .Em 2009 o índice de Gini era 0,489 na área rural cerca de 10,3% inferior ao do conjunto do país. A queda do índice de Gini no campo foi de 8,3% contra 6,5% na totalidade do país. Como conseqüência Em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, ou emergentes como a China e a Índia, ocorre o oposto, um aumento da desigualdade.

Sustentabilidade – A queda da participação da renda do trabalho no campo e a queda da taxa de ocupação geram algumas preocupações. Entretanto, há que se notar melhora da qualidade do trabalho no campo. De maneira mais geral, pode-se **c**onsiderar não apenas ao uso de ativos mas a sua posse e o respectivo retorno. Calculamos, a partir de equação de salários, indicadores de potencial de geração de renda e usando o mesmo método e a mesma métrica, índices de potencial de consumo. Os primeiros cresceram no período 2003 a 2009, 1,8% a mais que os segundos, indicando sustentabilidade dos padrões de vida assumidos. De qualquer forma este diferencial é maior no Brasil.

Percepções - A conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captada nas avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Usamos índices de globais de satisfação com a vida do Gallup World Poll que cobrem mais de 132 países, O Brasil está em relação a satisfação presente com a vida numa posição mais próxima da nação européia do que da africana, atingindo numa escala de 0 a 10 6,69 na área rural. A felicidade futura do Brasil rural era 8,6 o terceiro colocado no ranking internacional , atrás de Colômbia e Jamaica.

Em suma, podemos dizer que o avanço rural brasileiro nos últimos anos não constitui um espetáculo de crescimento. A PNAD nos sugere crescimento maior que o do PIB. À luz das recomendações da comissão, as qualificações deste crescimento seriam como inclusivo e sustentável, não apenas em termos da objetividade dos brasileiros entrevistados em suas casas, como também na sua subjetividade.